

CARLOS PAIVA - Gestor cultural

Gestor cultural e Superintendente de Promoção Cultural (Suprocult) da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA).

1. Quem é Carlos Beyrodt Paiva Neto?

Baiano, apesar de nascido em São Paulo. Formado em comunicação, gestor cultural e interessado por cultura. Trabalhei como artista e compositor, mas me especializei em gestão cultural. Tenho uma paixão muito grande em trabalhar na gestão pública. Cada um tem o seu papel e o que me motiva o é esse lugar em que se tem que olhar o todo.

2. Fale um pouco sobre a sua trajetória.

Fiz vestibular para Jornalismo na UFBA. No dia da matrícula falaram que tinham acabado de aprovar um curso para produção cultural e se os aprovados do Vestibular 1996.1 decidissem optar pela matrícula no Curso de Produção Cultural, poderiam fazer isso. Eu e mais quatro aprovados topamos, mesmo sem ter muita noção sobre o curso, pelo interesse pela cultura. No primeiro ano fiz um estágio na UFBA, na Central de Produções da UFBA, coordenada pela Mércia Queiroz, e me apaixonei pela atividade profissional. Trabalhei como produtor até 2000. Depois trabalhei por um tempo na Fundação Cultural da Bahia. Tive que optar pela carreira na gestão pública ou na iniciativa privada e optei pela primeira. Depois acabei vindo para a SecultBA.

3. O que você entende por cultura?

É um ambiente que nos faz perceber o mundo. É o que te configura. Cultura é a forma como você fica de pé, deita, senta, entende a relação pessoal, familiar, de trabalho. Entende a sua vida, sua existência. Cultura é esse filtro pelo qual se percebe a sua existência.

4. Qual a sua avaliação sobre a produção artístico-cultural da Bahia nos últimos anos?

Esta é uma questão ampla, pois envolve diversos segmentos. É difícil fazer uma avaliação geral, pois há segmentos que são mais dinâmicos, que avançam mais, e há outros que têm outro ritmo. Mas entendo que a cultura baiana continua com as suas tradições interessantes que se reinventam. Continuamos tendo gerações novas com artistas interessantes em todas as áreas: artes visuais, música, teatro. Temos uma riqueza enorme no estado, temos procurado dar mais visibilidade, por exemplo, à cultura dos sertões, que foi predominante na Bahia e que hoje é pouco difundida e percebida, mas tem um papel fundamental. Há a produção no interior que cada vez mais está tendo espaço para se colocar, circular e se profissionalizar. Por exemplo, agora tiveram dois grupos no nosso edital de mobilidade que foram para a Inglaterra num intercâmbio musical que fizemos. Foram os ingleses que selecionaram estes grupos, não fomos nós. É importante isso

www.producaoculturalba.net

acontecer em diferentes graus e tem que investir mais também no diálogo entre gerações de artistas.

5. Como você avalia as políticas culturais na Bahia nos últimos anos?

Fui da equipe que trabalhou nos últimos sete anos a frente da gestão. Em 2007, a Bahia era um estado que não estava no mesmo patamar em que o governo nacional tinha colocado as políticas de cultura. Tinha-se um Ministério incrível de Gilberto Gil e Juca Ferreira que, em quatro anos de trabalho, já havia reinserido o Brasil no que tinha de mais interessante em termos de política cultural no mundo. Isso não só era visível porque Gil era um artista famoso, mas porque as propostas do Ministério foram muito ousadas, tanto que algumas políticas no Brasil são referência para outros países. Devido a isso, o que conseguimos fazer nestes sete anos foi correr atrás do atraso da Bahia, no sentido de termos hoje uma gestão do Estado muito mais republicana, como mecanismos institucionalizados, o que é um princípio da administração pública. Saímos de um modelo em que a parceria privada decidia os investimentos, mesmo com algum tipo de atuação do Estado, mas a lógica era mais do marketing cultural. O processo de descentralização dessas políticas é muito longo. Tinha muita ação concentrada na capital, isso é natural, não há nenhum problema em ter a maior parte das ações na capital, porque é onde a maior parte da população do estado está e naturalmente onde há maior histórico de ações culturais, mas existia um déficit em relação ao interior. Nós conseguimos, sem tirar investimento da capital e também o aumentando, levar mais investimentos para diversas regiões do interior. Avançou também a institucionalização das políticas públicas, que é algo que só na próxima gestão que vamos verificar se ficará ou não. Hoje temos um Conselho de Cultura que tem representação territorial, setorial e do poder público, que é importante para as discussões. Têm-se Conferências de Cultura que, apesar de terem baixa adesão por parte dos artistas, são importantes como indicativo de como será a ação do Estado. É um espaço legitimado de participação democrática. Temos um Plano de Cultura, uma Lei Orgânica que foi aprovada em 2011, hoje quase tudo que fazemos tem consulta pública. Acho que conseguimos trazer um perfil mais transparente, mais participativo e republicano, o que é importante para qualquer política.

6. O que você pensa sobre os Editais como mecanismos de financiamento da cultura? O que mudou e o que ainda precisa mudar em relação a esse mecanismo?

Penso os Editais justamente como mecanismos e não como política, pois são mecanismos que decidem onde será locado um recurso público. Decidimos que iríamos concentrar o investimento através dos editais, porque é uma maneira republicana e que tem critérios claros, uma comissão de pessoas especializadas que decidem sobre o assunto. Então não é o gestor que vai decidir, mas vai dar as diretrizes para uma comissão que vai analisar esses projetos. Conseguimos avançar muito na simplificação, na desburocratização dos editais - hoje só é necessário apresentar www.producaoculturalba.net

um formulário, um orçamento e um currículo e o resto é quase todo opcional ficando a cargo do produtor identificar o que vai valorizar sua proposta - e começamos a trabalhar com inscrição pela internet, por isso acho que avançamos muito nesta parte de seleção. O texto do edital está mais simples, o formulário é claro e pode ser enviado também pelo correio. O que mais falta para os editais são os recursos. Há muitos bons projetos que ficam de fora. Apesar de ser um mecanismo, uma ferramenta que deve ser permanente, tem que ter outras ações para que uma política cultural se efetive. A falta de recursos ocorre, especialmente, nas linguagens artísticas. Seria preciso o dobro do recurso para poder ter uma seleção em que contemplasse todos os bons projetos e, assim, alcançar bons resultados no ano seguinte. Sinto que faltam outros mecanismos de investimento público. Outros tipos de mecanismos poderiam agregar dinâmicas para a produção cultural que o edital não contempla. Durante a gestão de Albino Rubim decidimos, ao invés de fazer os Editais por objeto (por exemplo, roteiro de cinema, curta-metragem, longa-metragem), fazer Edital por área (por exemplo, de audiovisual). Isso dá maior liberdade de proposição - não precisa se encaixar numa caixinha - e dá maior liberdade em decidir aonde vai se investir a partir da demanda de determinado ano. Se num ano há uma demanda mais interessante para produção de curta-metragem, a comissão percebe isso para a demanda que pode apostar mais nisso ou na memória do cinema baiano. Antes num edital, se imobilizava esse recurso e se tivesse uma inscrição muito grande para tal edital específico, não podia trazer do outro para esse. Assim se permite uma gestão mais clara. Esses editais, a princípio, vão sair uma vez a cada ano. Isso dá uma estabilidade que esse mecanismo nunca teve. A cada ano tinha que se verificar que edital a Secult, a Prefeitura ou o Ministério iriam lançar. Sabendo que todo ano terá o edital, é possível se programar para isso. Para a gestão isso também facilita muito, pois tem como comparar os resultados de outros anos, de modo que fica mais fácil gerir.

7. Algumas críticas feitas aos Editais estão relacionadas à burocracia, critérios de avaliação frágeis, comissões (pouca qualificação e não presença de membros de fora do estado), atrasos de pagamento, não acompanhamento dos projetos, etc. Você poderia comentar esses aspectos?

Já trabalhamos com dois tipos de critérios de avaliação: com e sem pontuação. O modelo atual é sem pontuação e assumimos que a avaliação de projetos culturais tem uma dimensão subjetiva. Nós temos que reconhecer isso para não achar que é algo objetivo e matemático, o que não é. Observando os resultados das pontuações dos projetos, às vezes, pode-se verificar que o melhor pontuado não é melhor que os de pontuação mais baixa ou que nem deveria ter sido selecionado. Assumimos duas coisas: primeiro é que não dá para pontuar, o que não quer dizer que não haja critérios, porque para julgar é preciso conhecer até mesmo para discutir com seus pares da comissão qual é a regra do jogo. O que fazemos é investir em uma boa comissão. A preocupação nas comissões de hoje é ter pessoas de diversos lugares para manter uma diversidade territorial, www.producaoculturalba.net

como pessoas da capital, de outra região e de fora do estado. É importante que sejam pessoas que conheçam a produção baiana de pontos de vista diferentes e pessoas de fora para olhar essa mesma produção. Temos a preocupação em saber onde essas pessoas estão dentro de tal setor, por exemplo: um artista, um pesquisador e um jornalista têm olhares diferentes em relação a tal atividade. Isso agrega mais diversidade e enriquece a seleção, se possível também um olhar estético diferente como, por exemplo, alguém com uma trajetória mais tradicional, mais de vanguarda ou um mais popular. Quanto mais diversificada for essa comissão, mais rico será o debate e melhor será o resultado. Investimos muito para que os profissionais convidados para nossas comissões sejam qualificados, pelo fato de assumirmos que, nesse formato de edital, a decisão tem uma carga subjetiva e é complexa. Se fosse uma outra comissão, por exemplo, tal resultado seria diferente, e isso acontece em qualquer Edital, em qualquer lugar no mundo. Em relação à burocracia, acho que está quase eliminada. Hoje tem que apresentar o básico: o formulário de inscrição, o orçamento e o currículo de quem está propondo. Esses mesmos documentos gravados em CD. Se for pela internet, sem CD nem nada. O resto é completamente optativo. Isso dá uma liberdade muito maior e desburocratiza, mas também transfere a responsabilidade para quem está propondo, que deve apresentar elementos que defendam o seu projeto. Este ano demos mais um passo: no Edital Culturas Populares não há mais formulário. É um roteiro de perguntas que trazem as mesmas informações de um formulário e que pode ser escrito, gravado em áudio ou filmado. É até dispensado escrever um projeto nesse caso. Esse modelo foi o mais radical que conseguimos fazer, então acho que não é burocrático. Outra coisa importante: fomos dispensando tudo que dava trabalho, sem importância nenhuma para quem apresenta. Desde 2007 ou 2008 que nenhum documento precisa ser autenticado e isso parte da boa fé de quem apresenta. O edital diz tudo o que é preciso apresentar, do começo do processo até o fim, mas só pede em determinado momento o que será necessário em tal etapa do edital. Então não é necessário apresentar certos documentos como o RG, pois não influenciam em nada na análise do projeto, mas se for aprovado tem que apresentar os documentos necessários. Há uma transparência no que é exigido, mas o processo é simplificado. Mais simples do que está sempre pode ficar, mas acho que já estamos muito avançados neste ponto. Quanto ao atraso dos pagamentos, há dois aspectos neste problema: primeiro, atrasar pagamento é um problema do Estado brasileiro e do Estado do poder público. Acho que o poder público não deveria atrasar pagamento, quem tem que zelar pela boa conduta de todos os cidadãos deveria começar dando o bom exemplo. Existe uma cultura generalizada de atrasos para além da cultura, para além do Estado. São poucos os casos que não são assim. Como a cultura está inserida dentro de um sistema público geral, sofre um pouco com isso. Temos todo um planejamento onde a secretaria segue estritamente todas as regras de gestão pública, mas na gestão financeira, por exemplo, não temos a autonomia. O Fundo de Cultura tem que financiar projetos exclusivamente da sociedade. Saiu de 40 projetos em 2006 para quase 400 em 2013. A equipe do Fundo de Cultura é a mesma, www.producaoculturalba.net

só que está multiplicada de forma indireta em cada unidade, assim, a mesma equipe não está acompanhando 400 projetos; na verdade, a coordenação de museus, por exemplo, está acompanhando 15 projetos; a outra de patrimônio mais 20 projetos, música mais 35 projetos. Esse acompanhamento é completamente gerenciado. Acho que ainda é um acompanhamento pobre que geralmente se restringe à questão contábil que consegue fazer poucos cruzamentos com outras políticas. Estamos conseguindo fazer isso melhor nos programas que são plurianuais e esse é outro avanço importante na área de fomento. O Eventos Calendarizados era outra loucura; o evento tinha 15 a 20 edições e todo ano começava do zero, seja na captação com o governo ou com a iniciativa privada. Fizemos alguns editais para esses eventos só por um ano, mas agora é trianual.

8. Desde o ano passado a SECULT adotou os “Editais Setoriais”. Essa mudança, no entanto, além de reduzir o número de projetos apoiados por linguagem faz com que projetos muito diferentes entre si sejam avaliados juntos (como comparar uma “montagem” de um espetáculo com a “circulação” de outro?). Qual a sua avaliação sobre essa mudança?

Houve muito debate interno na SECULT sobre essa mudança. Desde o primeiro ano que recebemos muitas sugestões de voltar ao modelo antigo. Somente depois do edital deste último ano que vamos avaliar se é o melhor modelo ou não. Particularmente, hoje estou convencido de que essa é a melhor opção. Em relação ao número de projetos apoiados, não sei de que área se está falando, pode ser que em uma área ou outra isso pode ter acontecido, mas no geral, houve aumento, pois houve aumento de recursos. Pode ter tido um número menor, não porque tinha menos editais, mas porque o teto por projeto tenha subido. Uma afirmação dessas, sem ter os números exatos, é algo como ir reproduzindo uma frase e a transformar em verdade, o que não é o caso, exceto talvez, de uma área ou outra. Realmente existe um desafio, pois não é fácil comparar longa-metragem com curta-metragem, mas não é muito essa a dinâmica da seleção. No Edital Setorial, o primeiro trabalho da comissão é tentar organizar de maneira geral a demanda que chega. No caso, por exemplo, do Edital de audiovisual: nós identificamos quantos longas-metragens, media-metragens e curtas-metragens tiveram, por exemplo. Faz-se um panorama geral do que foi demandado, o que ajuda a comissão a ter um parâmetro, não de números, mas para olhar essa demanda e ter um diálogo com a mesma. Se em determinado edital de um ano teve uma demanda mais interessante qualitativamente e quantitativamente para uma área, é função da comissão alocar recursos para essa área. Se isso estivesse preso em um edital específico, não poderia fazer essa transferência. A decisão é mais complexa e difícil, mas simplifica e funciona melhor. Hoje trabalhamos com 22 editais e no momento da seleção temos mais de 100 pessoas trabalhando simultaneamente nessas propostas. Este edital é mais aberto e permite coisas mais interessantes; é uma ferramenta mais flexível e pode dar melhores resultados. Se tivesse mais recursos, acredito que grande parte do que tem de crítica deixaria de existir, pois os bons projetos, www.producaoculturalba.net

naturalmente, passam por esses editais.

9. Em relação às Leis de Incentivo, ao FAZCULTURA em particular, o que mudou nos últimos anos e o que ainda precisa mudar no que se refere a esse mecanismo?

Tiveram três ou quatro grandes mudanças. Uma mudança importante para quem patrocina, é que antes a empresa podia patrocinar até 5% do que arrecada por mês. Hoje é de 5% a 10% de acordo com o porte da empresa. Pela renda anual da empresa, uma de pequeno porte tem a capacidade percentual de patrocinar o dobro de uma de grande porte. O que queríamos fazer e não teve esse efeito: que empresas de médio porte, em especial, de regiões do interior da Bahia, pudessem ter maior capacidade de investimento em projetos da sua região. Aumentamos o teto dos projetos: em 2006 era R\$187.500,00, hoje R\$400.000,00 no geral e um milhão para festivais e audiovisuais de longa. Com o aumento e a demanda do Fundo de Cultura, tínhamos muitos inscritos no FazCultura que passavam para análise técnica ou para a comissão e não captavam recursos. Dos que captavam, mais de 80% captavam antes de estarem aprovados no programa. Havia um gasto enorme de energia e de recursos numa equipe que já é pequena para análise de projetos que depois não conseguiam a captação. Desde 2012 invertemos: pode-se fazer a inscrição do projeto, mas só vai para análise técnica e de mérito se houver uma empresa que demonstre interesse em patrocinar. Isso dá mais velocidade e qualidade à análise e mais respaldo ao projeto. Como o FazCultura não é uma concorrência, se o projeto estiver adequado às normas, é aprovado. A análise de mérito é muito pouca, se o projeto está de acordo, se tem ações de democratização do acesso, está corretamente formatado, não fere nenhum tipo de legislação e é cultural, é aprovado. Outra novidade são as inscrições feitas somente pela internet. O que falta no FazCultura é revisar alguns critérios específicos que a própria lei diz serem específicos, que são os festejos juninos, carnaval, réveillon e natal, devemos fazer isso nesse ano. O debate mais difícil e necessário é sobre incentivos diferentes para projetos ou áreas diferentes. Hoje, um projeto de música, que é a área que mais tem patrocínio em Salvador, tem o mesmo incentivo fiscal que um projeto de patrimônio numa região que não tem nenhum patrocínio. Entendo que o incentivo devia estimular mais para poder apertar um pouquinho mais onde já está tendo para dar mais folga aos outros. Internamente na SECULT, até hoje, não conseguiu-se achar uma proposta que pudesse trazer para o debate público. Como a lei diz que o teto máximo da lei de incentivo é de 80% e já praticamos isso, para ter essa gradação tem que baixar o incentivo para algumas áreas. Tem que fazer isso com o cuidado para que os patrocinadores que já investem continuem, para não afastar nenhum patrocinador e haver prejuízo a projetos. Também falta uma ação proativa do Estado em relação a sensibilizar empresas a patrocinar projetos de cultura. Nós fazemos ações, mas é muito sobre demanda; se uma empresa mostra interesse, tiramos dúvida, explicamos e procuramos trazer essa empresa. Se algum município pede para irmos fazer uma palestra, nós vamos e estimulamos, mas é por demanda.

www.producaoculturalba.net

10. Para você, qual o papel da iniciativa privada no financiamento à cultura? Quais as principais empresas (baianas e de fora) que investem em cultura hoje na Bahia?

Vou colocar sobre o financiamento à cultura na Bahia, porque acho que a questão do Brasil é diferente. Às vezes escuto um debate sobre implantar 100% de iniciativa fiscal e considero que isso é o pior que pode acontecer, porque isso é falar a uma empresa que não precisa investir nada em cultura, não é um incentivo ao patrocínio cultural, é dar à empresa um dinheiro que é público para fazer marketing cultural. Não pode ser 100% do Estado. Isso é desnecessário no Brasil. Não podemos dar este passo para trás, porque temos capacidade de avançar. Na iniciativa privada, acho que é muito limitado esse patrocínio. Geralmente são somente as grandes empresas que fazem isso, como empresas telefônicas, na área de bebidas e na área de energia, que são as que mais patrocinam cultura. Temos uma ideia de fazer uma ação no oeste do estado, onde tem grandes empresas na área de produção agrícola que pagam ICMS que poderiam investir na cultura no sul do estado. Vamos nos aproximar também das empresas na área de madeira, que poderiam investir mais do que já investem. Há também as empresas de produção de energia, produção mineral e produção do estaleiro naval. Tudo isso vai gerar ICMS e vai permitir que as empresas invistam em cultura com incentivo fiscal. Infelizmente a tendência ainda é que somente as grandes empresas patrocinem. Há empresas de médio porte que patrocinam, mas são poucas. Precisa mudar a mentalidade de que investir em cultura é importante. Se se faz isso com o incentivo fiscal, dinamiza a economia local, pois é um imposto que ao invés de ir para a Fazenda ou para o cofre geral do Estado, se redistribui para todos os municípios. Cultura é uma atividade limpa do ponto de vista ambiental, estratégica do ponto de vista de crescimento e gera mais empregos. Isso é uma questão de entendimento de importância de um setor, além de ser um bom investimento em comunicação. O investimento em cultura ainda é abaixo do que deveria ser. Existem empresas que financiam cultura sem nenhum tipo de incentivo, mas basicamente para a área de música. Acho interessante que existam nas cidades apoiadores da cultura, como um restaurante que apoia o teatro, academia, etc. Essa rede de apoiadores deve ser sempre fomentada e tem espaço para crescer. Existem empresas que investem em projetos que são e que não são midiáticos: o que leva a investir no midiático é uma estratégia de comunicação, os não midiáticos é por conta do social. Acho que tem que ter consciência de que esse investimento extrapola muito o benefício na imagem da empresa. Qualifica o local onde está e nessa todos ganham.

11. A Secretaria de Cultura do Estado/SECULT tem como uma de suas principais metas o desenvolvimento territorial da cultura. Em relação aos Editais e ao FAZCULTURA, qual a participação do interior em relação a capital em termos de projetos apoiados?

Em média, vem do interior entre 30% a 40% dos inscritos. Isso vai crescendo aos poucos a cada ano. Nesses sete anos, saíram de 20% para esse patamar. A meu ver, é um crescimento lento e a www.producaoculturalba.net

demanda é pequena. Nos últimos anos aumentamos muito o número de oficinas que fazemos quando lançamos os editais. Nesse ano de 2014 foram mais de 200 oficinas. Nos anos de 2013 e 2012 foram cerca de 130 a 150. Todas essas oficinas foram no interior. Dessa forma, divulgamos melhor edital com uma qualidade maior, explicando como são as regras, como funciona o formulário, os cuidados para apresentar a proposta para que seja competitiva, etc. Teve uma época em que quando íamos para encontros em cidades do interior escutávamos que as pessoas estavam incrédulas e pensavam em não apresentar a proposta porque não iriam ter chance. Agora o retorno é diferente, pois muitas coisas já estão acontecendo. Isso faz com que a demanda seja maior. Geralmente o resultado dos editais é: 65% dos selecionados são da região metropolitana e 35% do interior. Está avançando, mas ainda tem mais para avançar. Uma novidade importante é que temos edital cujo recorte não é setorial, mas territorial, é o caso do Calendário das Artes. A concorrência não acontece com projetos da mesma área, mas da mesma região.

12. Qual a importância dos indicadores culturais para o desenvolvimento da área e qual a atuação da SECULT nesse sentido?

Política pública em cultura é feita quase sem nenhum indicador. No Brasil e na Bahia isso é geral. Esse é um tema que está em pauta desde a época de Gil. O Brasil avançou pouco nisso. Vamos avançar agora com o SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais) que acabou de ser implantado e com o SIIC (Sistema de Informações e Indicadores Culturais), que é o equivalente ao SNIIC no estado e está em fase de teste para ser implantado este ano. Vamos começar a ter números que nos permitam entender melhor a dinâmica do estado. Não tratamos ainda, de forma adequada, os números que nossas ações geram, sejam em editais ou em outras ações. A ideia é abrir esses números para que possamos trabalhá-los melhor e para que qualquer pessoa possa fazer a análise e, assim, ter uma reflexão pública. O desafio é pegar os dados que já existem nas pesquisas oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) e trabalhar os números de cultura. Estamos construindo com a SEI (e vai sair este ano) o estudo de indicadores culturais da Bahia. É um registro de dados oficiais. Assim como o ministério fez com o IBGE, que pegou as pesquisas do Censo, da MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) sobre as pesquisas de emprego e renda, de renda familiar e extraíram as informações sobre cultura. Podemos fazer isso para a Bahia também. Continuamos mantendo a triste tradição de não ter ainda indicadores de cultura, então espero que em 2014 possamos dar um passo significativo nisso. Gostaria que, no futuro, a Secult tivesse um organismo mais especializado só em produzir análises e informações. Acho que a universidade também tem um papel aqui, quando os sistemas estiverem implantados o Estado dever fazer parceria com as faculdades, pois será mais fácil para a análise que essa produção seja descentralizada. Tem a UFBA que tem expertise nisso com professores e cursos na área, a UFRB também já tem curso com expertise na área. Temos que avançar por aqui também.

www.producaoculturalba.net

13. E no que se refere à Economia Criativa? Como você situa a Bahia em relação a outros estados nessa área?

Economia criativa é a palavra *in voga* no momento, hoje é o termo que o governo está usando. Foi importante Gil colocar em evidência a dimensão econômica da cultura. Na Bahia, as ações para a dimensão econômica da cultura estão sendo chamadas de Economia Criativa e são importantes. Essa semana houve uma audiência pública onde apresentamos um documento, que será lançado no mês, que reúne iniciativas e diretrizes para a economia criativa e que se chama Bahia Criativa. Não é um programa, mas uma rede de agentes governamentais que já tem diversas iniciativas na área e estamos tentando dar sinergia a esses entes públicos ou que trabalham com o governo, como SEBRAE, SESI, etc. Temos pesquisas sobre Carnaval e o Audiovisual e esse ano teremos sobre o São João. Do carnaval, por exemplo, pela pesquisa que fizemos na região metropolitana, 20% da população de Salvador vai para o Carnaval. Desses 20%, 3% estão trabalhando e 17% brincando. A maior parte do volume de recursos financeiros que circulam é do folião pipoca, que é o que menos gasta, mas há mais foliões pipoca do que pessoas que vão para bloco e camarote. Na área de audiovisual há uma pesquisa muito bem feita sobre todos os setores, incluindo televisão, publicidade, etc. Então na área de economia criativa a informação avançou e precisa avançar mais com o sistema de indicadores. Outra coisa importante que avançamos no setor foi na formação, temos na área o PRONATEC, o Na Trilha das Artes, o investimento direto da Secult. Na área do teatro estamos indo pelo segundo ano consecutivo para Curitiba no principal festival de teatro profissional e comercial do país, na área de música tem quatro coletâneas com curadores estrangeiros que vêm para a Bahia e fazem uma seleção e tivemos várias atividades no Brasil e no exterior. Teve várias iniciativas, mas acho que não estão maduras o suficiente para serem uma política que permanece. Acho que do ponto de vista de políticas públicas tem uma boa carteira de iniciativas que tende a ser potencializadas com esse espaço que está se chamando de Bahia Criativa. Acho que o setor tem dificuldades. A Bahia é a Meca da capoeira. Qualquer pessoa que jogue capoeira tem a Bahia como referência, mas é muito difícil organizar os capoeiristas para fazer um evento de referência e isso faz com que não se consiga dar saltos. Esse foi um exemplo, mas isso se repete em maior ou menor grau em outras áreas. A capacidade em fazer parcerias entre entes privados ou entre governo e entes privados é importante e a Bahia tem muita dificuldade nisso. A Bahia precisa investir mais em tecnologia, avançou, tem o parque tecnológico, incubadora e várias outras iniciativas, mas temos que correr muito para tirar o atraso.

14. Como você avalia os espaços culturais na Bahia? Quais as principais carências?

Temos equipamentos importantes no estado. O Teatro Castro Alves, que é o maior complexo cultura do Norte-Nordeste, tem uma programação vigorosa. Há espaços de diferentes portes como o Teatro Solar Boa Vista que tem tido uma gestão que traz a nova produção cultural, o Espaço www.producaoculturalba.net

Xisto que abriga mais grupos, etc. Existiu um investimento em requalificar esses espaços, mas acho que todos padecem do problema geral que é o orçamento limitado para a pasta da cultura, o que reflete o orçamento limitado do governo do Estado. Tem que lembrar que a Bahia é o terceiro estado de renda per capita mais pobre do país. O serviço de saúde, por exemplo, que o carioca recebe do Estado, o cidadão baiano também quer receber. Só que lá eles têm dez vezes mais para investir do que nós. A expectativa é igual e também se aplica à área de cultura. Nosso estado é grande territorialmente, então é um desafio fazer uma gestão com recursos muito limitados. Tem que investir mais na qualificação física dos espaços, mas existe pouco recurso para investir. Nos espaços privados, somos o único estado que conheço que tem uma política para financiamento e tem espaços fundamentais para a cultura baiana como, por exemplo, o Teatro Vila Velha, que batizou gerações de artistas em teatro, música, etc. e em 2014 irá completar 50 anos. É um centro cultural contemporâneo com espaço cênico único na Bahia e é reconhecido no Brasil por isso. Na área privada há iniciativas muito interessantes. Há o Teatro Gamboa que já é outro nicho. No interior há o Teatro Popular de Ilhéus e a Fundação Anísio Teixeira, por exemplo. Sinto que a principal dificuldade é ter recursos mais estáveis para que eles possam crescer na sua estrutura física e ter uma programação interessante. Tanto para os privados quanto para os públicos, sendo que os públicos tiveram diversos avanços. Fazendo um link disso com os editais, a política de fomento que utiliza a ferramenta de editais é uma política que trabalha sob demanda. Se tiver algo interessante acontecendo os editais não vão atrás. E aí eu sinto falta de políticas que utilizem mais o papel do curador. Os espaços culturais seriam espaços com iniciativas com um tipo de política em que esse olhar curatorial poderia estar mais presente. O modo como fazer isso com critérios e princípios republicanos tem que ser pensado e aperfeiçoado, mas se os espaços públicos e privados tivessem mais orçamento poderia ter uma dinâmica que trabalhasse melhor esse olhar do curador. As carências são estruturais, de orçamento e pessoal. Conforme o Estado vai crescendo, tudo isso vai melhorando naturalmente.

15. Como você avalia o apoio da SECULT a instituições culturais (Museu Carlos Costa Pinto, Teatro Vila velha, etc) e como é feito esse apoio?

Tem um histórico aqui que acho importante compartilhar. Esse apoio era feito, historicamente, de forma anual através de convênios. O Teatro Vila Velha e o Museu Carlos Costa Pinto iam ao Estado, conversavam com o gestor e chegavam a um valor que era repassado para o orçamento de um ano dessas instituições. De maneira simplificada, as metas desses acordos era pagar contas de luz, água, telefone e pessoal. Esse apoio era fundamental para instituições importantes do estado da Bahia. O Teatro Vila Velha é fundamental para a cultura, o Museu Carlos Costa Pinto tem a parte museológica perfeita e de alta qualidade, mas a forma era ruim para o Estado porque não estava linkando o investimento público e com o resultado. O resultado não é pagar essas contas citadas porque não é benefício público, é meio, e para as próprias instituições era difícil www.producaoculturalba.net

porque o valor era passado numa relação de negociação caso a caso. Não tinha uma regra clara para todos e ao assinar o convênio, tinha que ficar seis meses respirando tranquilamente e no sétimo mês já começava a se preocupar se no décimo terceiro mês a instituição ainda teria tal verba para continuar aberta. Hoje em dia temos um programa que determina faixas de valores. Nenhum financiamento mais é integral, tem que ter sempre uma contrapartida da própria instituição. Se for financiar de maneira integral, é mais interessante estudar como tornar o equipamento um órgão estável, porque se 100% é dinheiro público, tem que seguir todas as regras da gestão pública. Se é misto, tudo bem. Então é sempre misto e tem critério claro: como será a seleção pública, em cada inscrição tem um critério de seleção, faixas de valor, tudo isso. Os apoios agora são por três anos e renováveis por mais dois. Quando uma instituição recebe o apoio, tem a possibilidade de ter uma estabilidade que dará mais qualidade à ação que faz. A seleção, inclusive, é feita pedindo que a instituição faça um diagnóstico de como ela está hoje e como ela quer estar daqui há três anos. Ao invés de pensar em como a instituição vai sobreviver, nesse novo formato ela pensa em como irá se desenvolver. É difícil porque o apoio do Estado é parcial e essas instituições têm orçamentos que são caros. Há sempre a dificuldade de ter recursos de empresas privadas, mas pelo menos em relação às políticas pública do Estado para as instituições públicas existe uma estabilidade. As metas não são mais identificar o que será pago, mas é quantos dias estará aberto, quantas exposições fará, quantos grupos residentes abriga, etc. Então está mais claro qual o benefício público que tal instituição oferece e o julgamento será a partir do plano de metas dela. Existe um acompanhamento de desempenho da instituição e se esse desempenho não é integral, os repasses seguintes não serão sempre integrais. Isso também estimula o comportamento ativo para atrair o público, ter atividades culturais. Nós criamos algo que ainda não implantamos que, se a empresa conseguir capitais e recursos novos para a instituição, o Estado dobra isso. Se for captado 15 mil reais, nós vamos dobrar. Captar não é fácil, mas o que o Estado vai dobrar é para a instituição investir na própria instituição como reforma, aquisição de acervo, aquisição de material e não para pagar despesa corrente. É nesse espírito que reconhecemos que as instituições são fundamentais para a cultura baiana e que queremos dar uma política pública que tenha estabilidade para que possam crescer e se desenvolver. É uma experiência única, pois não há nenhum outro estado que tenha algo desse tipo. Nessa mudança do modelo anterior para o modelo atual, algumas instituições perderam recursos e isso teve impacto, como o Museu Carlos Costa Pinto e a Fundação Casa de Jorge Amado. Algumas delas continuam até hoje gerenciando este impacto, mas continuam abertas e funcionando bem. Os programas têm sempre como se melhorar, mas acho que as bases para as políticas e para as instituições já estão colocadas.

16. Fala-se de uma crise de público, qual é a maior dificuldade em relação à formação de público para a cultura na Bahia?

Por mais incrível que pareça, as políticas culturais são um problema. Todos querem público, não há www.producaoculturalba.net

como discutir isso, mas se precisa do público para viver, essa urgência pelo público não é mais orgânica. Uma professora da UFBA, Deolinda Vilhena, sempre dá esse exemplo e eu acho fantástico. Ela é produtora teatral e foi produtora de Bibi Ferreira, e dizia que ia hipotecar o apartamento e pegar o dinheiro para fazer uma montagem que ficaria em cartaz de terça a domingo ou de quarta a domingo, alguns dias com duas sessões, e divulgava muito isso, pois tinha que dar o público senão não pagava a produção nem a hipoteca. Isso cria um nível de urgência para a produção cultural que tem que fazer acontecer. Quando se tem políticas que permitem patrocínio privado e incentivo fiscal de 100% do projeto, não digo que esses mecanismos não são importantes porque são fundamentais e têm que existir, mas eles fizeram com que essa urgência em relação ao público não tivesse mais, não era mais orgânico. Então isso foi um dos problemas e talvez um dos principais. Junto com isso, acho que uma formação de base é fundamental para ter público - a educação formal mesmo. Se tem matérias artísticas nas escolas, se cria um cidadão mais sensível e um potencial consumidor ou frequentador dos espaços. Temos parcerias com a Secretaria de Educação para a área de biblioteca, cinema e museus. Só que isso parte de uma cultura mais geral. Os pais têm que levar os filhos ou sobrinhos e netos, para esses espaços. As práticas de consumo culturais estão cada vez mais domésticas, cada vez se consome mais cultura dentro de casa do que fora. Antes para assistir um filme tinha que ir a um cinema ou a uma locadora. Hoje existe a TV a cabo, Netflix e internet e não precisa sair de casa. Para ouvir música, tinha que se deslocar para comprar o CD e hoje isso está disponível de várias outras maneiras, assim como os livros que antes tinha que ir a uma biblioteca. Tirar a pessoa de casa está cada vez mais difícil. Acho que o Fundo de Cultura tem que funcionar como o FazCultura. Não podemos exigir público, que é uma variável que está fora, por mais que se crie outros mecanismos interessantes. Se conseguir um financiamento coletivo de até 60%, por exemplo, o Fundo ou o Faz complementa e assim já está trabalhando na base de uma rede de apoiadores consumidores. Então já se tem uma seleção que não é mais o modelo de comissão e sim coletivo. Para dar certo, o produtor tem que mobilizar uma rede de interessados no projeto. Já se tem no próprio desenho do mecanismo de incentivo, o público. Se se tem uma lei que o Estado passa a investir recursos que, se tiver lucro volta para o Estado para investir em outro projeto e se tiver prejuízo, compartilha o prejuízo, minimiza o risco de modo mais controlado. Então seria uma linha de fomento que permitiria que o próprio mecanismo estimulasse o público. No governo federal tem algo interessante que é o adicional de renda para o cinema. As produtoras têm filmes com grande público, tem um adicional de renda para outras produções. Nunca conseguimos ainda pensar em uma forma de trazer isso para outra dinâmica. Uma editora, por exemplo, que trabalha com as produtoras baianas, tivesse uma boa tiragem é possível aplicar essa dinâmica de incentivo para outras áreas? Todas lidam com o público. Percebe-se que aí está dando para quem já tem, mas está estimulando a dinâmica. Por isso acho interessante ter as várias coisas convivendo. O Fundo de Cultura como investimento direto, incentivo fiscal para estimular as empresas a patrocinarem

www.producaoculturalba.net

em cultura, investimento do Estado como parceiro. Um não é melhor que o outro, mas tem que ter esse conjunto para que se possa trabalhar com cada tipo de projeto e criar um ambiente interessante.

17. O que você pensa sobre a gratuidade do acesso a produtos e bens culturais? E em relação ao valor dos ingressos em Salvador? E quanto à política da meia-entrada?

Acho fundamental a política de meia-entrada. A nova regulamentação que limita a meia-entrada vai ser importante para que os produtores possam se organizar. Uma das poucas políticas em que se transfere o ônus todo para um agente econômico. Isso não acontece mais em nenhuma outra área econômica no Brasil. A princípio, sou contra as iniciativas gratuitas. Acho que qualquer investimento, mesmo que seja por um real, educa a pessoa a ter uma relação de valorização. Quando se compra algo, pode ser alimento, roupa, o que investir o dinheiro, a pessoa está priorizando isso na sua vida. Estimular a cultura é importante. As pessoas consomem cultura na TV a cabo, comprando CD ou pagando sua internet para ter acesso a esses meios. No geral, as pessoas já consomem, mas em algumas áreas não tem o hábito do consumo como para ver uma exposição, ir ao teatro, ver dança. É sempre importante ter ingresso para estimular e que as pessoas reconheçam que há um custo por trás e valorize. Acho que deve haver uma política de subsídio de ingressos para poder criar a cultura de consumo cultural. Algumas áreas não precisam, como a de música, que tem públicos incríveis, e há outras áreas que precisam desse subsídio como dança, teatro, etc. Acho que os ingressos de Salvador não são muito caros. Mas perceber que é caro é de cada pessoa. Depende de quanto a pessoa ganha e depende de quanto valoriza dada questão. Eu, por exemplo, pago inteira. Assisti uma peça incrível essa semana e paguei 30 reais. Fui eu e minha esposa - 60 reais numa noite. Não acho caro, pois o teatro é imenso e ficou aberto por três horas para a bilheteria, técnica, tinha mais de 20 atores em palco, etc. Mas uma outra pessoa pode pensar "Vou investir 60 reais em teatro? Não. Vou ao cinema.". Essa pessoa vai pagar um filme que já está pago pela bilheteria americana. Então isso depende muito de renda e de como valoriza. Eu não acho caro, pois sou uma pessoa que valoriza a cultura e acho que isso também, no geral, independente do que eu acho ou não, tudo isso tende a ter um equilíbrio, porque é da dinâmica econômica. Um produtor que depende de ingresso vai colocar o ingresso que dê público; nem acima, que não vai dar público; e nem abaixo, que vai perder dinheiro. O produtor cultural que tem o tino comercial sabe quanto vale o ingresso. Acho que, no geral, os preços custam um pouco o que tem que custar. Algumas coisas gratuitas poderiam ser pagas como cursos, palestras, etc. Quase 90% de algumas produções são de meia-entrada. A lei agora limita a 40% dos ingressos disponíveis.

18. Como você percebe a questão da profissionalização na área cultural no Estado?

Acho que tem avançado. Temos ótimos profissionais em todas as áreas, como produção, que são www.producaoculturalba.net

capazes de realizar um evento em qualquer lugar do Brasil e do mundo, área técnica, onde há técnicos de iluminação muito bons, etc. e área artística. Tem meios de formação de ensino superior como a graduação em Produção Cultural, cursos de pós-graduação e diversos cursos técnicos no estado. Cada vez mais há meios para que a pessoa se qualifique, mas acho que ainda tem uma carência do profissional médio. Temos uma rede de ótimos profissionais, mas quando vai para um segundo nível, minha sensação é que cai muito. Essa dificuldade ocorre em todas as áreas: música, teatro, artesanato, o que for. Mas todas as medidas para que isso melhore estão sendo tomadas. É um processo de maturação do mercado e também de demanda. Tem que ter espaços educativos, mas acho que toda instituição ou todo chefe tem um papel na educação profissional. Se uma instituição respeita o profissional que contrata, se tem as suas lideranças, que faça com que essas pessoas executem bem o seu papel naquela profissão, naquela função. É difícil colocar isso nas costas da educação formal ou na educação profissional. Todos têm que fazer o seu papel certo, inclusive os profissionais que formam novos profissionais.

19. Como você avalia a organização da classe artística baiana?

Tem melhorado. Em algumas questões, inclusive, estimuladas pelo próprio Estado, como temos tido agora os Colegiados das Artes. As pessoas costumam se mobilizar, e de maneira insuficiente, em época de crise. Fora da crise a articulação é baixa. Temos poucas associações de classe fortes. Isso faz com que não exista uma atuação política mais vigorosa. As pessoas precisam identificar o que é importante e investir tempo nisso para ter benefícios depois. Comparo sempre com um condomínio, se você quer ver seu prédio bem, tem que investir tempo nisso. Até mesmo o tempo que você chega depois do seu trabalho, cansado, tem que investir no coletivo que é importante para todos e para você enquanto indivíduo integrante do coletivo. A organização é um pouco disso. Tem que entender que o espaço é importante e investir nisso. O mercado do axé é muito mais organizado e tem ganhos claros com isso. No audiovisual tem algumas organizações mais interessantes e tem um público mais profissional. O designer e a gastronomia também têm avançado.

20. O que e/ou quem (projetos/espacos/instituicoes) voce destacaria em termos de gestao cultural na Bahia e por que?

Há várias interessantes e é difícil selecionar algumas e deixar outras de fora. Os projetos são: o primeiro é o Guia Internacional da Bahia, que é uma publicação de maior qualidade que identifique sobre a produção baiana, tem um foco cultural voltado muito para o turismo, mas conseguiu pegar o que tem de interessante e rico na Bahia. Foi um investimento praticamente todo privado, com lançamentos que envolvem gastronomia baiana e artistas baianos. Acho que é uma iniciativa interessante e empreendedora. O segundo projeto é o FIAC (Festival Internacional de Artes Cênicas) que é um festival que em um tempo muito curto conseguiu conquistar um espaço dentro www.producaoculturalba.net

da Bahia e no cenário internacional de festivais, junto com o FILTE (Festival Latino Americano de Teatro na Bahia), inclusive. Em 2006 não se tinha nenhum grande festival de teatro na Bahia e chegamos em 2013 com dois grandes festivais. De festival, quero agregar ainda o Panorama do Cinema, que tem crescido cada vez mais. Quanto a instituições, sou um grande admirador do Teatro Vila Velha. É um espaço que se reinventa, está aberto há 50 anos e é privado. Acho incrível desde o começo da sua história, um grupo de estudantes, pessoas de 20 e poucos anos decidem não concluir seu curso e criam um teatro com doações privadas, exceto por uma doação pública que foi o terreno doado pelo governo. O teatro passou por uma época super interessante no período de Edgard Santos, quando foi criado, depois passou por um período decadente. Depois entra uma nova gestão, já na época de Márcio Meirelles, que faz uma reforma para ter o espaço cênico mais moderno e contemporâneo que tem no estado. Para mim é o espaço que mais consegue se reinventar e se agregar e que procura fazer uma política crítica em relação a público, em relação à programação artística, em relação à formação e à gestão.

***Entrevista realizada por Camila Barbosa e Vitor Moreira, dia 16 de janeiro de 2014, na Superintendência de Promoção Cultural, em Salvador.**